



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PCP

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 281041
Classificação 65.1031/21 / 1 / 1
Data 08 / 10 / 15

<input type="checkbox"/>	REQUERIMENTO	Número _____ / x ( ____ª)
<input checked="" type="checkbox"/>	PERGUNTA	Número 417 / x ( 4ª)

Expeça-se
Publique-se
15 / 10 / 200 8
Q Secretário da Mesa <i>M.</i>

Assunto: **Construção nas margens do Rio Bestança**

Destinatário: **Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**

*Por determinação de S.E. X.P.A.R. à  
Sra. Secretária da Mesa*

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

08.10.15

*Monte*

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tomou conhecimento de uma construção em alvenaria, correspondente a uma habitação e respectivos muros de delimitação, num troço de uma margem do Rio Bestança.

No troço entre as Cinco Rodas e Porto Antigo / Souto do Rio decorre portanto a referida construção, o que implica a sua implantação em região do domínio público hídrico, assim usurpando espaço de fruição pública e impedindo acesso a trilhos e caminhos que conduzem ao rio.

A Comissão Concelhia de Cinfães do Partido Comunista Português bem como a Associação para a defesa do Vale do Bestança, dirigiram já à CCDRN diversos pedidos de esclarecimento, descrevendo a situação.

Utilizando as palavras contidas no ofício da Associação para a defesa do Vale do Bestança dirigido à CCDRN no dia 11 de Abril: "Importa uma averiguação destas acções e obras – fazendo-se o levantamento das que estão licenciadas e das que são clandestinas, agilizando-se o procedimento devido – já que, apesar das leis restritivas e do ordenamento territorial que se pretende valorizar, cada vez é maior o abuso de alguns proprietários e o desrespeito pela lei e pelo rio."

Importa também esclarecer que até hoje nenhuma das referidas cartas e ofícios obteve qualquer resposta, nem qualquer informação relativa às diligências tomadas pela CCDRN no

sentido de averiguar as construções acima descritas.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1- Tem o Governo conhecimento do caso exposto?

2- Por que motivos a CCDRN não diligenciou ainda no sentido de esclarecer a situação referida? Se o fez, por que motivos não respondeu à Comissão Concelhia de Cinfães do PCP e à Associação para a Defesa do Vale do Bestança?

3- Que medidas tomará o Governo para assegurar uma rápida fiscalização das obras em curso e a reversão da ocupação do domínio público hídrico e dos espaços de fruição pública, entre os quais os que materializam acesso ao curso de água e às suas margens?

Palácio de S. Bento, 14 de Outubro de 2008

Deputado:



Miguel Tiago